

REQUERIMENTO N.º

Autor: Deputado ADÃO PRETTO

Convida o Sr. Secretário Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça, Luis Fernando Corrêa, o Sr. Secretário da Justiça e da Segurança, Estado do Rio Grande do Sul, José Otávio Germano e o representante do Sindicato dos Escrivães, Inspetores e Investigadores do Rio Grande do Sul, para realizar audiência sobre a situação da segurança pública no Estado do Rio Grande do Sul.

EXMA. SENHORA PRESIDENTA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E MINORIAS:

Nos termos regimentais convidamos o Sr. Luis Fernando Corrêa, Secretário Nacional de Segurança, o Sr. José Otávio Germano, Secretário da Justiça e da Segurança do Rio Grande do Sul, e um representante do Sindicato dos Escrivães, Inspetores e Investigadores do Rio Grande do Sul com a finalidade de prestar esclarecimentos à esta Comissão a respeito da situação da segurança pública no Estado em relação as ações policiais, sistema penitenciário e a relação com os funcionários de segurança .

JUSTIFICATIVA

A presente proposição tem por finalidade a realização de audiência pública para discutir a questão da segurança pública no Estado do Rio Grande do Sul, com representantes do Governo Federal, Estadual e dos funcionários que trabalham na área de segurança.

O jornal Folha de São Paulo, de 31 de janeiro de 2005, informa que o número de homicídios dolosos que foram comunicados à Secretaria Nacional da Segurança eram menores do que os divulgados nos boletins oficiais das Secretarias de Segurança em alguns Estados, entre eles está o Rio Grande do Sul.

No boletim oficial do Estado, estão registrados 1.400 homicídios e no registro enviado para a Secretaria Nacional o número informado é de 1.338 uma diferença de 68 ocorrências. No ano de 2003, foram mortos 13 servidores em serviço e no ano de 2004 morreram 15 servidores.

Existem ainda informações sobre problemas no sistema de informática da Brigada Militar, sendo necessário, muitas vezes aguardar um longo tempo para pesquisar placas de veículos. Existem dificuldades com o efetivo, assim como os equipamentos pessoais em má condições de uso.

Além, desses fatores técnicos, as entidades representativas dos servidores denunciam também a falta de critério nas promoções que ocorrem anualmente.

Apesar de toda esta situação caótica da segurança do Estado, no dia 17 de junho de 2005, o jornal Zero Hora, publicou uma matéria na qual a Secretaria da Segurança estaria preparando um Projeto de Lei, sob o título "Projeto Recompensa", prevendo a delação premiada.

O objetivo do referido projeto é estimular a população a denunciar crimes e ampliar a participação na gestão da segurança pública. O Programa prevê até 5 mil UPFs (45,8 mil em valores atuais) a quem der informações que levem a solução de crimes graves, prisões de quadrilheiros, captura de foragidos de alta periculosidade e a localização de desaparecidos ou apreensão de arsenais.

A repercussão da proposta foi negativa entre as entidades da segurança. O Delegado Bem-Hur Marchoiri, alerta que este projeto pode trazer consequências desastrosas, dando origem a uma indústria da informação. O ideal seria utilizar estes recursos para remunerar mais condignamente os policiais.

Para Isaac Ortiz do Sindicato dos Escrivães, trata-se de uma brincadeira de mau gosto, como é que a Secretaria pode falar em pagar até R\$ 45 mil a informantes, enquanto diz não ter dinheiro para horas extras de policiais, alimentação de plantonistas e diárias?

Enquanto isso, a violência é crescente na região metropolitana do Estado, no município de Alvorada, cidade da grande Porto Alegre ocorreram 73 mortes no ano de 2004, e neste ano até o dia 25 de junho haviam ocorrido 48 mortes.

Temos informações de que junto ao Departamento Penitenciário alguns recursos foram devolvidos pois o Estado do Rio Grande do Sul estaria inadimplente com a União.

Mas, por outro lado, o governo pratica inversão de papel com a Polícia Federal. Em anexo segue cópia da matéria do jornal Zero Hora, do mês de junho de 2004, que informa que o governo do Estado criou um grupo de trabalho específico para o combate à radiodifusão comunitária, que terá a participação do Ministério Público e da Associação Gaúcha de Emissoras de Rádio e Televisão (Agert), com o objetivo de combater as emissoras que operam sem autorização.

Este grupo de trabalho, em parceria com a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), a Polícia Civil ou a Brigada Militar, poderão apreender os transmissores, os materiais da rádio, bem como prender os cidadãos. O argumento usado para tal ação, é que as unidades da Polícia Federal estão distantes dos muitos municípios onde as rádios estão funcionando.

Portanto, é urgente e necessária a realização dessa audiência para que os devidos esclarecimentos sejam feitos por ambas as partes. A sociedade riograndense tem o direito de ser esclarecida sobre as responsabilidades e o verdadeiro papel da Secretaria da Segurança.

Sala das Comissões,

ADÃO PRETTO
Deputado Federal